

A ERA DOS BLOCOS ECONÔMICOS

*Otto Alcides Ohlweiler**

1 – O fim da bipolaridade mundial

A propósito da reorganização da economia mundial, já dizíamos, num escrito anterior, que ela tem como pano de fundo a aceleração do processo de internacionalização do capital e a desintegração do sistema bipolarizado instaurado após o término da II Guerra Mundial, com a formação de dois campos: o ocidental, sob a hegemonia incontestada dos Estados Unidos, e o soviético, sob a dominação da URSS (Ohlweiler, 1989, p. 87-115). Voltamos, agora, ao tema com vistas a procedermos a uma análise sumária dos processos de formação dos blocos econômicos em curso ou em perspectiva.

De fato, o sistema internacional bipolar, estabelecido logo no imediato pós-guerra, entrou em franca erosão por ambas as suas partes integrantes e respectivas hegemonias políticas. De um lado, os Estados Unidos – com a deterioração de sua economia refletindo-se claramente em alguns pontos nevrálgicos, tais como a dívida interna, a dívida externa, o déficit orçamentário e o déficit comercial – converteram-se, notoriamente, no epicentro dos desequilíbrios e turbulências do sistema econômico mundial. Em suma, o colosso norte-americano já não é mais capaz de aglutinar a seu redor, hegemonicamente, o antigo campo ocidental.

Por outro lado, no que concerne à União Soviética, é preciso considerar que a implementação da política empreendida pela administração Gorbachev – na medida em que esta livra, internamente, as forças do mercado, abre as portas aos investimentos estrangeiros e dá espaço ao movimento da sociedade civil, ao mesmo tempo que é obrigada a admitir uma maior flexibilidade no plano das relações entre os países satélites e a potência hegemônica – também tende a desatar as forças centrífugas latentes no interior do campo soviético. Conseqüentemente, estimulam-se as rupturas dentro do campo soviético, mormente ali onde as contradições econômicas, políticas e culturais forem mais manifestas e agudas.

Henry Kissinger, num recente artigo publicado na revista **Newsweek**, referem-se à ruptura da bipolaridade mundial do pós-guerra nos seguintes termos: "O mundo político não é mais bipolar. Os Estados Unidos e a União Soviética permanecem como superpotências militares, mas outros cen-

* Professor Titular da UFRGS e Escritor.

tros de poder emergiram na Ásia e na Europa" (Kissinger, 1989, p. 27). Essa ruptura da bipolaridade do mundo político é, na verdade, a raiz da primeira crise da política exterior da administração George Bush. A causa imediata da crise é a disputa entre os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental acerca do controle dos armamentos. A posição da Alemanha Ocidental, que foi durante muito tempo um parceiro dócil dos Estados Unidos no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), ameaça agora toda a aliança ocidental instaurada no pós-guerra. Os alemães e muitos outros ocidentais entendem que a ameaça militar da parte da União Soviética deixou de existir, de sorte que eles passaram a ver com bons olhos a desmilitarização relativa de seus países, mormente no que concerne às armas nucleares. Com isso não concordam, entretanto, os Estados Unidos. A discussão entre americanos e ingleses, de um lado, e os alemães, de outro, gira em torno, sobretudo, da questão das armas nucleares de curto alcance. Os últimos preconizam uma redução desse tipo de armamento na Europa, imediatamente, ao passo que os primeiros desejam uma prévia redução dos armamentos convencionais da parte dos russos na região. A discussão do assunto tornou-se mais acra a partir do momento em que alemães e russos passaram a se referir como sendo a "casa comum européia", no contexto da política de distensão preconizada por Gorbachev.

Obviamente, as posições da Alemanha Ocidental têm conseqüências profundas com relação aos interesses americanos na Europa. Durante mais de meio século, a influência dos Estados Unidos no mundo era fundamentalmente baseada em seu poderio militar. Certamente não pode ser olvidada a capacidade tecnológica e econômica dos Estados Unidos no caso. Todavia a principal causa do destaque conquistado pelos Estados Unidos, na aliança ocidental, foi indiscutivelmente o fato de eles se terem convertido no núcleo do arsenal militar dessa aliança.

Agora, entretanto, a velha ordem implantada no pós-guerra está em franca desagregação, e os Estados Unidos já não são mais capazes de sustentar uma hegemonia declarada e aceita no mundo ocidental, generalizadamente. A divisão entre Leste e Oeste foi quebrada, e as instituições antes erigidas para preservar a velha ordem, como a NATO, tornaram-se obsoletas. Não é, pois, de estranhar que, de certo modo, a Alemanha Ocidental volte a pretender desempenhar o papel de fulcro do poder na Europa Central. Agora, num mundo menos ameaçado por uma nova guerra, os donos dos grandes arsenais não poderão pensar que, só por isso, deverão continuar merecendo deferências especiais. As próprias grandes companhias americanas estão empenhadas em realizar grandes investimentos no leste europeu, da mesma sorte que os alemães levam avante projetos de estreitamento de seus laços comerciais, especialmente com a Polônia e a Hungria. As "joint-ventures" da Alemanha Ocidental na região não são ainda muito numerosas, mas elas ultrapassam as de todos os outros países oci-

dentais juntos; enquanto não mais de 20 firmas americanas se acham envolvidas em empreendimentos conjuntos, os alemães já marcam mais de 200 empreendimentos. Segundo Theo Sommer, editor-chefe do *Die Zeit*, "A 'Ostpolitik' dos anos 70 deve dar lugar à 'Ostpolitik' para os anos 90" (Meyer, 1989, p. 14).

No que concerne à reordenação da economia mundial, dois traços costumam ser destacados: o declínio relativo dos Estados Unidos, de uma parte, e a emergência do Japão como maior centro financeiro do mundo, de outra. Todavia o aspecto mais importante, no processo em curso, que parece ser a tendência dominante para a entrada do século XXI, é a formação dos blocos econômicos. A Nova Europa integrada pelos 12 países membros da Comunidade Econômica Européia — Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Espanha, Portugal, Irlanda, Grécia e Luxemburgo —, já completamente livre de tarifas aduaneiras internas, deverá estar plenamente estruturada no ano de 1992. Na América do Norte, um bloco semelhante, formado pelos Estados Unidos e o Canadá — que, eventualmente, poderia incluir ainda o México —, está igualmente sendo articulado para ultimação até 1992. Na Ásia, embora seja ainda um tanto prematuro conjeturar-se sobre o assunto, poderá também resultar a formação de blocos econômicos: por exemplo, a Grande China, com a participação da China Continental, Hong Kong e Taiwan; ou um bloco econômico que, nucleado pelo Japão, incluísse os países recém-industrializados da região. O bloco do leste europeu sob a liderança da União Soviética, em que pesem as forças centrífugas desencadeadas pela política modernizante de Gorbachev, talvez possa subsistir através de uma acomodação da independência nacional dos países satélites aos interesses globais da União Soviética, em combinação com a inserção do bloco econômico "socialista" no mercado capitalista mundial.

2 — Nova Europa ou Fortaleza da Europa?

A Nova Europa, como está sendo chamado o bloco econômico constituído pelos 12 membros da Comunidade Econômica Européia, é o resultado de um complexo processo de desregulação econômica, de amplitude continental, numa evidente adequação às necessidades impostas pela internacionalização do capital e pela globalização da economia. O mais comumente proclamado objetivo da Nova Europa é a derrubada das barreiras alfandegárias internas para a criação de um mercado único no âmbito dos países integrantes do bloco. A verdade, entretanto, é que a Nova Europa pretende ser, sobretudo, uma espécie de fortaleza — a Fortaleza da Europa como está sendo também cognominada — contra o poderio dos Estados Unidos e o do Ja-

pão. A formação do bloco europeu ainda reflete, de certo modo, a pretensão da Europa de ser ouvida no que diz respeito às questões em discussão agora a nível do sistema de forças dos Estados Unidos e da União Soviética.

Na entrada do ano de 1989 — pode-se dizer —, tanto como um terço das regulações, que impediam aos 12 membros da Comunidade Européia de abrirem seus mercados, tinha sido, efetivamente, posto de lado no decurso dos três último anos. Embora as regulações até então abolidas fossem as mais fáceis de remover, o impacto alcançado é já considerável. Está em pleno desenvolvimento a formação de um mercado unificado que abarca 320 milhões de pessoas. Qualquer que venha a ser a formulação final da Nova Europa, em 1992, quando deverá estar definitivamente estabelecida, muito dela estará em vigência já no ano de 1989. Assim, desde janeiro deste ano, os motoristas estão dirigindo seus caminhões carregados de mercadorias desde Amsterdam até Lisboa, cruzando, assim, quatro fronteiras e cinco países, sem mais necessidade do que portar um único documento. É certo que o que ainda resta da agenda até 1992, para ser efetivado, é exatamente o mais complexo: o livre fluxo de capitais, trabalhadores, bens e serviços, pois as necessárias normas, a serem ainda estabelecidas, terão de vencer certas situações conflitantes em matéria de soberania nacional subsistentes, interesses das grandes corporações e das uniões sindicais, etc.

A consumação da totalidade dos objetivos da Nova Europa 1992 poderá, sem dúvida, encontrar algumas dificuldades de ordem política. Uma dessas dificuldades poderá girar em torno da presença, dentro da Comunidade Européia, de dois grupos de países: o grupo dos países partidários do mercado livre, ancorado na Alemanha e comandado pela Inglaterra; e o grupo dos países mediterrâneos de economias mistas sob a ingerência do Estado. Alguns políticos franceses, italianos e espanhóis argumentam que a planificação e os subsídios estatais devem continuar para que a indústria européia possa enfrentar a competição global. É óbvio que sem uma política harmônica será mais difícil alcançar dois dos objetivos da agenda de 1992, que são as unificações das taxas e a moeda comum. A expectativa de uma única moeda corrente, dirigida por um só banco central europeu, vai ter de enfrentar algumas dificuldades políticas. Presentemente, já existem 10 nações estreitamente ligadas ao Sistema Monetário Europeu (SME). Mas, depois de uma década de relativos progressos, o SME continua enfrentando desentendimentos e constrangimentos nacionais. Muitos analistas europeus entendem que a moeda única será finalmente adotada a fim de que possa ser estabelecido um verdadeiro mercado comum tal como é pretendido. A maioria dos analistas acha mesmo que a completa integração virá apenas gradualmente, pois há, ainda, certos obstáculos que se interpõem no caminho do objetivo final, que é proclamadamente uma integração plena.

A expressão Fortaleza da Europa, cunhada como uma fórmula alternativa para designar a entidade resultante da integração dos membros da Comunidade Econômica Européia com vistas ao estabelecimento de um mercado único, traz implícita a idéia de um projeto destinado a proteger esse mesmo mercado em favor dos monopólios locais, inclusive as corporações de origem estrangeira consideradas como já incorporadas às economias nacionais, contra os eventuais assaltos dos monopólios forâneos — especialmente os dos Estados Unidos, do Japão e da Coreia do Sul —, interessados na conquista de posições favoráveis, num mercado em perspectiva de expansão, com o advento da Nova Europa. Trata-se, sem dúvida, de uma encarniçada luta de titãs, que se travará fatalmente na cidadela da Nova Europa em torno ao mercado único. Uma luta na qual os rivais estão desde já ativamente empenhados na formulação de suas próprias estratégias pertinentes, com vistas a um enfrentamento exitoso na batalha da competição entre gigantes.

No que concerne às corporações européias, elas, que antes quase sempre se voltavam predominantemente para seus próprios mercados nacionais, tratam, agora, de se ramificarem, em amplitude continental, através de investimentos adicionais, aquisições e fusões. Também as organizações bancárias, corretoras e seguradoras se inclinaram ao recurso das fusões para se capacitarem a colher maiores vantagens com o próximo advento da Nova Europa. Com os poderosos novos grupos financeiros rapidamente emergentes, é óbvio que muitas das pequenas instituições bancárias tenderão a desaparecer como unidades independentes. Em suma, a Nova Europa 1992, no contexto da era dos grupos econômicos, será mais um passo, de proporções inauditas, no processo de concentração e centralização do capital, com o conseqüente acirramento da competição entre os grandes monopólios em escala mundial.

3 — Estados Unidos e Canadá: a Fortaleza Norte-Americana

O acordo de livre comércio Estados Unidos-Canadá foi assinado em 1º de janeiro de 1989, portanto, pouco depois da vitória alcançada pelo Primeiro Ministro Brian Mulroney, do Partido Conservador Progressista, nas eleições nacionais de 21 de novembro do ano anterior no Canadá. Nessas eleições, o partido de Mulroney conseguiu 170 das 295 cadeiras da Casa dos Comuns, embora totalizando menos de metade dos votos populares. A vitória deu ao partido uma representação suficiente para formar uma maioria parlamentar capaz de aprovar o acordo de livre comércio por parte do Canadá, embora, como mostraram os resultados eleitorais, a nação tenha ficado dividida com respeito ao acordo.

A importância do acordo de livre comércio Estados Unidos-Canadá é fácil de compreender. Os dois países formam um mercado consumidor da mesma ordem de grandeza que o Mercado Comum Europeu: cerca de 350 milhões de pessoas. Os Estados Unidos e o Canadá constituem-se nos maiores parceiros comerciais do mundo, trocando cerca de 150 bilhões de dólares anualmente nas duas direções. Mais de 4.000 caminhões cruzam diariamente a Baía da Paz, em Búfalo. Com a implementação do acordo de livre comércio, o montante das trocas comerciais somente tenderá a crescer. Estima-se que o pacto deverá estimular um crescimento de ambos os lados da fronteira, mediante a criação de um mercado unificado, de dimensões continentais, 10% maior do que o atual mercado dos Estados Unidos e 10 vezes maior do que o do Canadá.

O pacto comercial deverá unir as economias das duas nações ainda mais estreitamente mediante a completa abolição das tarifas sobre o comércio entre Estados Unidos e Canadá dentro dos próximos 10 anos. Enquanto não se resolvem os problemas mais agudos — por exemplo, os pesados subsídios que, segundo alegam os americanos, o Canadá dá a algumas indústrias —, haverá ainda um longo caminho a trilhar até a concretização da idéia de um bloco de livre comércio norte-americano. Entrementes, alguns setores da administração George Bush começam a preconizar negociações com México, Japão e outras nações, semelhantes às que foram e continuam sendo realizadas com o Canadá. A verdade é que os obstáculos para a incorporação dos referidos países num pacto de livre comércio, a partir do acordo Estados Unidos-Canadá, são simplesmente enormes; mesmo no caso da incorporação do México, em princípio mais fácil, a possibilidade de uma incorporação não é sustentada por nenhuma evidência concreta. Seja como for, muitos europeus já acreditam que o pacto Estados Unidos-Canadá vai criar uma Fortaleza Norte-Americana. De fato, essas acusações recíprocas — de que a Nova Europa deve ser entendida como a Fortaleza da Europa ou que o pacto Estados Unidos-Canadá é uma Fortaleza Norte-Americana — revelam um estado de ânimo que aponta para uma visão da "era dos blocos econômicos" marcada pelo prenúncio de uma próxima competição sem precedentes no mercado mundial, como consequência da formação desses blocos e dos interesses conflitantes das grandes corporações internacionais.

Era de prever que o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá iria promover inúmeras consolidações e fusões através das fronteiras dos dois países. Contudo a onda de consolidações e fusões motivadas pelo mercado norte-americano unificado está ocorrendo mais cedo e mais rápido do que se podia prever (Hawkins, 1989, p. 16-7). As companhias canadenses associam-se entre si ou juntam-se a companhias americanas para a formação de corporações gigantes. A Canadian Airlines International (número 2 na participação do mercado) está comprando a Wardair (número 3). No setor de polpa e papel, a Stone Container de Chicago está comprando a Consolidated-Bathurst de Montreal. No da cerveja, a Molson

(número 2) propõe uma combinação com a Carling O'Keefe Breweries (número 3) do Canadá. A Dofasco adquire a Algoma Steel da Canadian Pacific, criando a maior azeiteira do Canadá. Enquanto isso, a Alumax planeja a montagem de uma fundição de alumínio em Quebec, com um investimento de um bilhão de dólares. Finalmente, anuncia-se ainda que a Imperial Oil (número 1), controlada pela Exxon, está comprando a Texaco Canadá.

Ao que tudo parece indicar, os grandes perdedores com a vigência do pacto de livre comércio serão mesmo os trabalhadores, em consequência do desemprego que será ocasionado pela reordenação das companhias. Estima-se que, com as consolidações e fusões de companhias, 200.000 canadenses perderão suas ocupações. Também é muito provável que tenham de ser efetuados substanciais cortes nos programas sociais. De fato, quando o Parlamento reabriu em 3 de abril, ficou perfeitamente claro que o corte do "deficit" federal deverá ser um dos principais tópicos da agenda de Mulroney. O presente "deficit" de 24,3 bilhões de dólares é já o décimo nono ano consecutivo que fecha no vermelho. Além do mais, as taxas de juros no país são consideravelmente maiores do que nos Estados Unidos, o que onera correspondentemente os serviços da dívida. A fim de limitar o dano, Mulroney espera poder implementar um orçamento de austeridade, que deverá afetar seriamente o seguro-desemprego, as pensões das pessoas idosas e outros programas sociais. Tudo isso voltado para o objetivo de manter o país competitivo com os Estados Unidos.

4 — China Continental, Hong Kong e Taiwan: a Grande China

A Grande China é, por enquanto, ainda uma simples tendência que, entretanto, possui as necessárias potencialidades para culminar, a médio prazo, na emergência de um poderoso bloco econômico, na Ásia, nucleado pela China Continental e contando com a participação de Hong Kong e Taiwan (Yand & Lee, 1988, p. 18-21). Os três territórios da Grande China exportaram, no ano de 1988, mercadorias no valor de 136 bilhões de dólares, o que representa mais do dobro das exportações da Coreia do Sul. Contando com reservas de troca de aproximadamente 90 bilhões de dólares, a Grande China poderá facilmente prover-se da mais moderna tecnologia. Ela produz praticamente tudo, desde vestuários até aço, produtos químicos e automóveis. Seus cientistas acham-se bem capacitados nos ramos da bioengenharia, "laser" e supercondutividade. A Grande China abarca o território de Hong Kong, o quarto maior centro financeiro do globo. O porto de Hong Kong, o maior do mundo, supre uma população de mais de um bilhão de pessoas. E essa população representa a maior e mais barata força de trabalho do mundo.

A Grande China não é apenas uma mera visão futurista; ela é, na verdade, uma realidade em efetivo desenvolvimento espontâneo, à maneira de um processo natural. Há que se reconhecer que as economias da China Continental, de Hong Kong e Taiwan estão marchando para uma crescente associação, a um ritmo muito mais rápido do que se poderia imaginar pouco tempo atrás. Aquelas três economias estão se integrando, sobretudo, através da mediação de Hong Kong, até o momento praticamente à margem de negociações políticas específicas. Os partidários da Grande China entendem, com sobradas razões, que, a longo prazo, a integração econômica dos três territórios será inevitável.

Caso os três territórios puderem sustentar o atual ritmo de crescimento de suas exportações durante uma década ou duas, a Grande China terá condições de realmente despontar como uma superpotência econômica no leste da Ásia. Para isso, entretanto, a China Continental terá de superar suas debilidades mais marcantes: a fraca qualidade de suas manufaturas, o atual deficiente sistema de distribuição, os preços arbitrários, etc. Seja como for, os partidários mais otimistas do projeto da Grande China estão convencidos de que a junção da pesquisa científica e militar, das matérias-primas e da força de trabalho da China Continental com os capitais e a capacidade comercial de Taiwan e mais os condutos financeiros e de comunicação de Hong Kong, poderá projetar bastante rapidamente a Grande China a uma posição diretamente seguinte à do Japão, como próxima superpotência econômica na Ásia, o que significaria deslocar a Coreia do Sul de sua atual posição.

Não se pode negar que as economias da China Continental, de Taiwan e de Hong Kong são ainda notoriamente estreitas no que concerne à planificação a longo prazo. No caso da China Continental, o planejamento central é algo pouco mais do que um conjunto mal articulado de diretivas gerais emanadas de Pequim. Já a economia de Taiwan é um pacote misto de pequenas e médias companhias realizando gordos lucros com as exportações. Por fim, a expansão industrial de Hong Kong acha-se seriamente comprometida em virtude do estreito mercado e da limitada mão-de-obra disponível no território; ela é também prejudicada pela escassez de recursos para fins de desenvolvimento e pesquisa. Eis, entretanto, que essas debilidades parciais, próprias de cada um dos territórios separados, podem ser perfeitamente superadas mediante a integração das respectivas economias num conjunto harmonioso. Afinal, coordenada ou não, essa integração está em desenvolvimento. Acresce, favoravelmente, que Pequim já não mais alimenta nenhum plano no sentido de subjugar a população de 20 milhões de pessoas de Taiwan e a de 5,5 milhões de Hong Kong.

Embora interessados em manter abertas suas opções políticas, os dirigentes taiwaneses ainda se mostram receosos de se tornarem dependentes do continente, à semelhança de Hong Kong. Mesmo com uma certa preo-

cupação acerca da passagem da colônia britânica à China em 1997, nada deteve o voluntário deslocamento de uma boa parte da base industrial de Hong Kong à província mais ao sul da China, Guangdong. Para centenas de milhares de residentes de Hong Kong que cruzam a Cortina de Bambu, há agora uma verdadeira multidão diariamente marchando para o trabalho. Quase dois milhões de trabalhadores da China Continental, pagos com baixos salários, operam nas fábricas, principalmente de tecidos e materiais eletrônicos, localizadas ao longo das bordas de Hong Kong. Ao norte da fronteira, os benefícios da integração com Hong Kong são evidentes. Em 1988, Guangdong teve um aumento de 28% das exportações, chegando a 5,5 bilhões de dólares, mais do que as exportações de qualquer outra província chinesa. De um lado, Hong Kong, ao contrário de Taiwan, conta com a China em matéria de alimentos, água e energia. De outro, a China usa o talento de Hong Kong em matéria de planejamento, direção e "marketing". Por fim, os recentes investimentos da China na colônia vêm aumentando rapidamente.

Taiwan possui um PIB de 120 bilhões de dólares, é o 13º país maior exportador, e sua indústria em expansão abrange desde a construção de navios e a fabricação de automóveis até a alta tecnologia eletrônica. A questão é se Taiwan aceitaria uma associação política com a China Continental. Um fato concreto é que a fusão de Taiwan com seu velho inimigo já está em caminho na província de Fujian, apenas 50 milhas através do estreito de Formosa. Investimentos da ordem de 60 milhões de dólares são oficialmente admitidos, mas, na verdade, eles devem ser muito maiores. O Governo de Taipei segue uma linha ambígua: permite um comércio indireto com a China através de Hong Kong, mas recusa legalizar os investimentos ou o comércio direto.

Finalmente, deve-se assinalar que a Grande China tem tudo para ser mais do que apenas uma fonte de mão-de-obra na Ásia. A China Continental possui um notável banco de cérebros militares e científicos que foram capazes de desenhar e lançar satélites, de conceber e construir armas nucleares e construir macrocomputadores. Aliado esse potencial tecnológico com a direção e o "marketing" dos empresários de Taiwan e as virtualidades financeiras de Hong Kong, a resultante Grande China poderá mesmo despontar como uma grande potência proximamente. Seguramente, a Grande China somente poderá desenvolver todas as suas potencialidades já adentrando bastante o século XXI. De qualquer modo, à medida que ela for se configurando na próxima década, a nova realidade emergente em muito poderá modificar as hipóteses tradicionais acerca do "porvenir" do leste da Ásia. Numa projeção ainda mais para diante, não falta quem chegue a vislumbrar uma associação mais ampla de países do leste da Ásia gravitando em torno do eixo Tóquio-Pequim, mas isso, por enquanto, é uma mera hipótese totalmente carente de evidências.

5 — O Japão na construção da base de um novo poder

No ano de 1989, o Japão deverá marcar mais um tento no seu processo de ascenso econômico em escala mundial (Burger et alii, 1989, p. 18-22). O Japão sobrepassará os Estados Unidos como maior prestador de dinheiro ao Exterior. A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento estima que, neste ano, o Japão concederá 9,6 bilhões de dólares na forma de empréstimos diretos e como contribuição a agências multilaterais, a exemplo do Banco Mundial. Aquela importância excede em 600 milhões de dólares os empréstimos a serem feitos pelos Estados Unidos neste mesmo ano. O Primeiro Ministro Nobuto Takeshita, do Japão, prometeu 50 bilhões de dólares como ajuda ao desenvolvimento mundial nos próximos 10 anos. Com um excedente comercial de aproximadamente 100 bilhões de dólares, o Japão pode facilmente dar-se ao luxo de bancar a condição de maior nação credora do Globo.

Se é verdade que o fluxo de dinheiro em ajuda estrangeira testemunha sua crescente influência em escala mundial, a emergência do Japão como prestador principal também marca o início do declínio econômico dos Estados Unidos e da sua influência nos destinos do mundo. Tudo isso está levando os japoneses a reivindicarem o que eles consideram um compartilhamento mais eqüitativo do poder político e econômico entre os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. No caso, a filosofia japonesa consiste em pensar que se foram os tempos em que Washington simplesmente estabelecia a política que devia ser seguida por seus dóceis aliados. Já disse Paul Kennedy (1989) em **A Emergência e a Queda das Grandes Potências** que o moderno Japão poderá ser a primeira nação na história a tentar uma influência geopolítica através da dominação política em vez do poderio militar.

Em seu primeiro orçamento, a administração George Bush provavelmente limitará a ajuda estrangeira não-militar, rigorosamente, pelo terceiro ano, em nove bilhões de dólares. Com o devido ajustamento à inflação, os Estados Unidos darão agora menos empréstimos do que concediam há uma década atrás. Em face do "deficit" orçamentário, há pouco suporte popular para mandar mais dinheiro para o Exterior à custa dos contribuintes. Durante a administração Reagan, o único aumento real verificou-se com relação aos programas de ajuda militar: cerca de 60% do total da ajuda exterior dos Estados Unidos têm destinação militar. E, nesse sentido, Washington concentra largamente seus recursos em regiões estratégicas do ponto de vista militar, com a maior parte das suas doações destinadas a Israel e ao Egito; juntos, esses dois países recebem cerca de metade da ajuda estrangeira de Washington.

Enquanto os Estados Unidos se voltam sobretudo para alianças militares e estratégicas, o Japão se interessa acima de tudo pelo comér-

cio. Seus esforços iniciais, em matéria de ajuda estrangeira, tomaram primeiramente a forma de reparações de guerra, mas, aí pela metade dos anos 60, os japoneses admitiram que os programas de assistência deviam ser idealizados com vistas à promoção das indústrias de exportação. Até certo ponto, isso parece ser uma consideração primária. Na China, mais de 55% do trabalho financiado com ajuda japonesa, durante a última década, premiaram a companhias japonesas; alguns oficiais japoneses admitem virtualmente que eles favorecem especialmente projetos de alta tecnologia, certos de que as companhias japonesas têm as condições necessárias para ganhar os contratos. Sempre que a ajuda japonesa não produz um proveito comercial imediato, ela é tratada como um investimento a longo prazo.

A tabela a seguir dá a distribuição geográfica das ajudas para fins de desenvolvimento em 1986-87 realizadas pelo Japão e pelos Estados Unidos.

	(%)	
REGIÕES	JAPÃO	EUA
Leste da Ásia/Pacífico	48,3	9,6
Sul da Ásia	24,6	9,4
Leste médio/África do Norte	11,6	46,4
África subsaariana	10,5	13,2
América Latina	7,9	21,5

FONTE: NEWSWEEK, (1989). /s.l., s.ed./, 6 feb. p. 18-22.

Os críticos da assistência para o desenvolvimento ultramarino praticada pelo Japão alegam que este oferece pouca ajuda aos países mais necessitados da África e da América Latina, concentrando, em vez disso, seus investimentos em países tais como Indonésia, China, Filipinas e Tailândia, onde o Japão possui boas condições para a venda de seus produtos. Outros projetos, como os referentes à eletrificação de estradas de ferro e melhoramento de portos na China, podem favorecer um dia ao Japão, na medida em que facilitarem as exportações de carvão chinês. É pouco provável que os países mais carentes da África e da América Latina possam ser maiormente beneficiados pelos empréstimos japoneses.

Na verdade, Tóquio continua distribuindo o grosso de sua ajuda nas proximidades do país, onde mais facilmente se objetivem as vantagens do

emprestador: 70% da ajuda japonesa são destinados à Ásia e para o sub-continente. Dos 10 maiores recebedores de assistência ultramarina, apenas um — a Turquia em nono lugar — se localiza fora da região. Tóquio age em função de uma perspectiva de longo alcance. Se um sistema mutuamente cooperativo entre o Japão e outros países asiáticos emergir, será benéfico tanto para as companhias japonesas como para as indústrias na China ou outros países. Há muitas evidências comprovando que a ajuda alcança os efeitos desejados. Assim, na Tailândia, os desembolsos japoneses subiram, em 1988, a cerca de 350 milhões de dólares, isto é, 16 vezes os 22 milhões de dólares oferecidos pelos Estados Unidos. Uma grande parte do dinheiro japonês tomou a forma de empréstimos a longo prazo e baixos juros para projetos de construção, a exemplo de um complexo industrial e um sistema portuário de cinco bilhões de dólares a leste de Bangkok. Os tailandeses ainda se empenham em conseguir mais outros empréstimos japoneses para a construção de estradas expressas, uma ponte suspensa sobre o rio Chao Phrágia em Bangkok e a expansão do aeroporto da capital.

O Japão tem sido menos bem sucedido na defesa de seus interesses junto à duas maiores agências multinacionais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Tóquio aplica cerca de um terço de sua ajuda externa através desses organismos internacionais. Mas o fato é que sua acrescida contribuição nos últimos tempos não se faz acompanhar de uma correspondente expansão da influência do Japão nas agências em questão. Depois de 1986, a participação de Tóquio na votação finalmente aumentou de 5% para 6,5%, enquanto a de Washington passava de 20% para 18%; o baixo poder de voto atribuído ao Japão não tem correspondência com o fato de que a economia japonesa é que suporta a maior parte dos empréstimos do Banco Mundial. O Japão se ressentido igualmente com respeito ao Fundo Monetário Internacional, onde ele representa o quinto posto na contribuição de votos, embora sendo a segunda maior economia do mundo. A resistência do governo americano em conceder-se uma maior participação no poder de voto aos japoneses, ainda que os Estados Unidos tenham de apelar para o Japão por mais capital para os organismos mencionados, revela claramente as contradições de interesses das duas grandes potências.



Na esteira de sua emergência como maior centro financeiro do mundo, o Japão está se encaminhando no sentido de construir uma nova base de poder, que poderá levar uma série de países asiáticos a se integrem em seu sistema econômico e político (Riener et alii, 1989, p. 18-23). Presentemente, a região assinala os mais rápidos índices de crescimento do Globo. As indústrias da região produzem automóveis, computadores, microchips, vestuários, etc., que são exportados para todos os quadrantes do Globo. Sem contar o Japão, as taxas de crescimento médio anual

foram superiores a 8% nos dois últimos anos; os índices alcançaram crescimentos de dois dígitos na China, Tailândia, Coreia do Sul e Singapura.

Os países asiáticos, ao que tudo indica, estão determinados a manter os altos índices de crescimento de suas economias. Ora, eles sabem perfeitamente que, em virtude de recessão ou protecionismo, os Estados Unidos não se mostram inclinados ou mesmo não desejam absorver posteriores surtos das exportações asiáticas. Eles acham que as companhias americanas exigem um preço muito elevado por sua tecnologia. Por outra parte, a ajuda estrangeira dos Estados Unidos diminuiu substancialmente, as multinacionais americanas desaceleraram sua expansão e os bancos dos Estados Unidos estão perdendo espaço no mercado para os bancos japoneses mais agressivos. E, finalmente, surge uma nova preocupação: a área de comércio livre Estados Unidos-Canadá e o esquema da Europa de integração de seus mercados a partir de 1992 bem poderão ser usados para fechar as portas aos asiáticos.

As economias do Leste da Ásia estão crescendo mais dependentes umas das outras em matéria de comércio e investimentos. Enquanto isso o Japão está superando, como já vimos antes, os Estados Unidos como maior investidor no estrangeiro e fornecedor de ajuda externa. Alguns analistas acham que a influência dos Estados Unidos na Ásia é ainda maior do que a do Japão; contudo, eles acrescentam que, a continuarem as atuais tendências, a influência da economia japonesa na Ásia poderá não só igualar a dos Estados Unidos, mas mesmo sobrepassá-la.

O papel econômico do Japão na Ásia, que vem sendo consolidado desde anos, começou a expandir-se recentemente. O Japão está agora fornecendo uma ajuda à Ásia de, aproximadamente, oito bilhões de dólares; enquanto isso a ajuda econômica e militar dos Estados Unidos à região monta a apenas 500 milhões de dólares. Os investimentos japoneses mais que dobraram no ano fiscal de 1987-88. Impulsionados pelo forte ien, algumas companhias japonesas virtualmente transferiram suas bases manufatureiras para países como a Tailândia. O Japão também está comprando mais desses países: suas importações dessas regiões aumentaram em 68,6% de 1986 a 1988, enquanto os Estados Unidos registraram um aumento de apenas 31,5%.

Durante muito tempo, os americanos se mostraram interessados no estabelecimento de laços econômicos com a orla do Pacífico, certos de que a economia dos Estados Unidos poderia sustentar um crescimento duradouro se ligada mais solidamente com os países de rápido crescimento da Ásia. Washington alimentava essa opinião lançando sugestões para o estabelecimento de acordos de livre comércio com Japão, Taiwan e Coreia do Sul, nenhum dos quais, entretanto, mostrou-se maiormente interessado. Enquanto isso, o conceito de "orla do Pacífico" enveredou para uma versão que exclui

os Estados Unidos. O conceito inclui às vezes a Austrália, mas invariavelmente o Japão, os Quatro Tigres (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), o Sudeste da Ásia e a China; nunca o Canadá ou os Estados Unidos. A Tailândia chegou mesmo a sugerir a formação de um corpo consultivo composto do Japão, China, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e mais os seus membros da Associação das Nações do Sudeste da Ásia para contrabalançar com a América do Norte e a Europa.

Entrementes, o Japão começou a jogar — sutilmente, mas de maneira tenaz — um papel de crescente liderança. Os japoneses intensificaram suas relações com as economias recentemente industrializadas na região. A Aiwa realiza agora metade de sua produção em Singapura, principalmente tocadores de discos compactos e registradores de rádiocassetes. A Minibéia, uma companhia de componentes eletrônicos, investiu 400 milhões de dólares em fábricas na Tailândia e planeja um investimento adicional de 240 milhões. Já a Mitsubishi Motors produz componentes na Malásia, Tailândia e Filipinas para a construção de um carro regional. E, por fim, a Toshiba investiu 130 milhões em meia dúzia de projetos na Tailândia, destinados à fabricação de refrigeradores, televisores a cor, motores elétricos e ventiladores, com a maioria da produção destinada à exportação.

As companhias japonesas, que fazem investimentos em alguma parte da Ásia e levam partes e produtos para fora da região, estão impulsionando o surto do comércio, inclusive exportando para o Japão. O comércio dentro da Ásia está crescendo à razão de 30% ao ano. Ademais, prevê-se que esse comércio deverá sobrepassar, por volta de 1991, os 250 bilhões do comércio de duas vias da região com os Estados Unidos. Esse processo conduzirá naturalmente à integração do mercado na Ásia, mesmo na ausência de uma estrutura institucional formalizada. De certo modo, os americanos estão ajudando a lançar a Ásia nas mãos do Japão. É que Washington, na medida em que torna mais difícil para os países asiáticos expandirem suas exportações para os Estados Unidos, empurra esses países a buscarem outras regiões para colocarem seus produtos. A pressão comercial dos Estados Unidos na região — na forma de tarifas, taxas de troca ou proteção de direitos de propriedade intelectual — só pode exaltar o prestígio do Japão na Ásia como seu benfeitor.

Em virtude das disparidades quanto à magnitude e à natureza de suas economias e das suas profundas feridas históricas ainda vivas, os asiáticos estarão ainda, pelo menos por uma década, atrasados com relação aos europeus no que concerne à formação de uma espécie de organização econômica regional. É certo que a Coréia do Sul e Taiwan estão também emergindo como grandes investidores na região, sendo que o comércio entre economias asiáticas não japonesas exerce um efeito diluente com respeito à influência de Tóquio. Contudo, o Japão, como maior centro financeiro do mundo, tem grandes chances para nuclear um bloco econômico na Ásia,

ainda não delineado, no decurso da próxima década. Isso vai depender, em parte, de que os Estados Unidos, nessa sua fase de declínio relativo, ainda sejam capazes de manter conexões econômicas vitais com a Ásia.

6 – O bloco do capitalismo de Estado sob a hegemonia da URSS

A sociedade burocrática russa, de um lado, e as sociedades burocráticas do leste europeu, de outro, estruturaram-se à base de processos histórico-sociais originariamente distintos. Na Rússia, a implantação do capitalismo de Estado (ou burocrático) foi o resultado de um complexo processo histórico-social posto em movimento pela revolução de outubro de 1917, nas condições concretas de um país econômica e culturalmente atrasado, com uma população majoritariamente camponesa. Já nos países do leste europeu, onde se instituíram as chamadas "democracias populares", via de regra com a presença do exército vermelho, o acesso ao capitalismo de Estado deu-se através do desmantelamento dos regimes burgueses, então vigentes na região, como consequência do desdobramento da II Guerra Mundial e dos processos político-sociais subseqüentes ao término das hostilidades e modelados no regime soviético.

Agora, principalmente em face da crise que avassala os países do capitalismo burocrático sob a hegemonia da URSS, é de todo pertinente especular sobre o destino que está reservado ao dito "campo socialista". A abordagem dessa momentosa questão leva diretamente a uma avaliação do real conteúdo da política econômica que vem sendo implementada na URSS pela administração de Mikhail Gorbachev em seu propósito de formular e levar à prática uma estratégia visando à modernização da sociedade soviética. A política econômica elaborada por Gorbachev — que se popularizou com o nome de "perestroika" (reestruturação) — aponta para os seguintes principais objetivos: a eliminação gradual dos preços subsidiados dos bens de consumo e serviços; a ampliação da produção mercantil simples; a admissão da iniciativa privada inicialmente em pequenas empresas à base de trabalho assalariado; e, por fim, a abertura das portas aos investimentos de capitais estrangeiros em associação com o capital estatal local para a realização de empreendimentos conjuntos ("joint-ventures"). Parece não haver dúvidas de que essa política econômica levará, inevitavelmente, a uma combinação do capitalismo de Estado com o capitalismo privado em formas de articulação e proporções ainda imprevisíveis.

Um ponto crítico da política de Gorbachev situa-se exatamente no plano das relações da URSS com os demais integrantes do bloco soviético. Essas relações foram tipicamente estabelecidas à maneira de relações de

uma superpotência com seus satélites em grau de associação e dependência maior ou menor. No tocante às implicações da política de Gorbachev, centralmente voltada para uma tentativa de modernização da sociedade soviética, aquela política desatou novas tensões no interior daquela sociedade, bem como no plano das relações entre a URSS e seus satélites e no interior de cada um dos membros do bloco em extensões variadas. Mesmo no interior da URSS, onde vivem mais de 100 grupos étnicos, há um enorme potencial para a irrupção de conflitos raciais, a exemplo dos que ocorreram recentemente no Uzbequistão. Já os povos bálticos, que nunca aceitaram a ocupação soviética estabelecida por um acordo secreto entre a URSS e a Alemanha nazista, lutam abertamente pela autonomia de seus países: a Estônia, a Letônia e a Lituânia.

Quanto às implicações da política de Gorbachev no plano das relações da URSS com os demais países integrantes do bloco, a questão oferece certas singularidades. À primeira vista, pode-se afirmar que o destino da burocracia russa e os das burocracias das "democracias populares" navegam no mesmo barco, o que é uma conclusão válida em parte, pelo menos. As economias dos países do leste europeu encontram-se, quase todas, diante de crises crônicas determinadas em grande parte pela ineficiência das administrações burocráticas. Agora, parcialmente em virtude dos reflexos da campanha de reformulação do sistema burocrático encetada por Gorbachev, a tendência é para um considerável agravamento das tensões internas nos países do leste europeu, bem como das contradições políticas entre os mesmos, de um lado, e a URSS como potência hegemônica, de outro.

A política de modernização de Gorbachev, na prática, cindiu o bloco do leste em dois grupos: os reformistas com a Hungria e a Polônia, de um lado; e os conservadores com a Alemanha Oriental, a Checoslováquia, a Romênia e a Bulgária, de outro. A Hungria e a Polônia são os primeiros países do bloco a se livrarem, embora parcialmente, do monopólio do partido único. Seus deslocamentos para mercados mais livres estão tornando aqueles países mais atrativos ao Ocidente para o comércio e os investimentos. A Hungria, desde maio de 1988, quando os reformistas depuseram Janos Kadar da Secretaria Geral do Partido, vem realizando as mais rápidas e profundas modificações políticas e econômicas do leste europeu. Os reformistas no governo estão trabalhando, concretamente, pelo enfraquecimento dos laços com o bloco oriental e pelo estabelecimento de um "status" de país neutro, como a Suécia e a Áustria. Na Polônia, com a economia em colapso e a contundente derrota sofrida pelo partido do governo nas eleições de 4 de julho frente ao Solidariedade, a tendência é para a aceleração das reformas políticas e econômicas, isto é, a estruturação de um sistema pluripartidário e a adoção de um sistema de mercado que marque o fim do controle central. Na Alemanha Oriental, Checoes-

lováquia, Romênia e Bulgária, as burocracias locais não se mostram propensas à realização de reformas.

Todavia, mesmo os países mais recalcitrantes têm pouca escolha a não seguir o caminho das reformas. Eventualmente, um certo número de países do Pacto de Varsóvia tentará estabelecer laços econômicos mais estreitos com a Comunidade Européia. É bem possível que a URSS, se o plano de modernização de Gorbachev tiver sucesso — o que não é certo —, tente sustar as forças centrífugas no interior do leste europeu, adotando uma política de "finlandização inversa"; ou seja, dar aos países do leste um "status" semelhante ao atualmente usufruído pela Finlândia, que pôde conservar sua independência nacional, acomodando-se, de certa forma, à superpotência soviética vizinha. Pode, entretanto, acontecer que, num futuro ainda indefinido, as forças centrífugas atuantes na constelação soviética se intensifiquem a tal ponto que ponham em xeque a continuidade do império soviético.

A verdade é que a URSS, em torno da qual gravitam os países do leste europeu, se encontra com sua economia em estado de bancarrota, arrastando-se com um "deficit" da ordem de 100 bilhões de dólares, de sorte que, na opinião de muitos analistas, somente drásticos cortes nas despesas militares, combinados com investimentos procedentes do Ocidente, podem dar alento ao plano da administração Gorbachev. De fato, a URSS está realizando importantes negociações com consórcios estrangeiros para a formação de "joint-ventures" em vários ramos de sua produção industrial. Em fevereiro, noticiou-se a realização de negociações, entre os executivos de seis multinacionais — reunidas no American Trade Consortium — e oficiais soviéticos, que estudam a efetivação de um tratado comercial, entre Moscou e Nova Iorque, envolvendo bilhões de dólares (Galuska et alii, 1989a, p. 14-5). As companhias americanas são as seguintes: Archer Daniels Midland, Chevron, Ford Motor, RJR Nabisco, Eastman Kodak e Johnson & Johnson. A Ford e a Chevron são efetivamente os dois maiores parceiros do consórcio. A Ford está trabalhando num acordo para revitalizar a indústria soviética de automóveis: primeiro, exportará automóveis para a URSS e, depois, vai construir uma nova fábrica nesse país. Já a Chevron, que pretende aumentar suas reservas de petróleo cru, mandará uma equipe de geólogos para prospectar áreas favoráveis nas regiões de Tenghiz, Sibéria Ocidental, Sibéria Oriental e ilha Sakhalina. A parte crucial dos acordos envolve a garantia da repatriação dos lucros das companhias em dólares.

Dois meses depois, a mesma fonte informava estarem em negociação, entre um consórcio — principalmente constituído de companhias americanas (Combustion Engineering e McDermont), japonesas (Mitsubishi e Mitsui) e italianas (Enichen e Montedison — e as autoridades soviéticas o finan-

ciamento de cinco megaprojetos, envolvendo cerca de 38 bilhões de dólares e destinados a expandir a indústria petroquímica soviética (Galuska et alii, 1989, p. 18). O principal objetivo dos projetos é aumentar a exportação soviética de bens manufaturados, mas de início a URSS pretende valorizar seu óleo cru exportando produtos petroquímicos, a exemplo do polietileno. Em virtude da magnitude dos projetos, é provável que a URSS tenha de reescaloná-los, limitando-os inicialmente a dois ou três "joint-ventures". Em face da sua carência de divisas, a URSS não tem muita margem de manobra no trato com seus parceiros e deverá atender às garantias por estes exigidas nos acordos a serem realizados. Os grupos pretendem montar grandes complexos, que custarão cada um em torno de 10 bilhões de dólares, em Surgut, Nizhnevartovsk e Tobolsk, todos na Sibéria.

7 — Os blocos econômicos e a competição no mercado mundial

Tornou-se um fato corriqueiro reconhecer que estamos entrando na era dos grandes blocos econômicos regionais abarcando conjuntos de países. Mas a proclamação dessa tendência — que já se configura como o advento da Nova Europa 1992 e o acordo de livre comércio Estados Unidos-Canadá — não evidencia em toda extensão a realidade que se delineia. Inevitavelmente, a formação dos blocos econômicos vai associar-se a uma tremenda competição entre os grandes consórcios no plano internacional. Pode-se formar uma idéia a respeito disso, considerando a crescente competição que, com a aproximação de 1992, está sacudindo a indústria automobilística européia (Hewitt et alii, 1989, p. 36-41).

Atualmente, a indústria automobilística está atravessando um período de prosperidade. Em 1988, as vendas de automóveis na Europa, a qual representa o maior mercado do mundo dessa indústria, aumentaram 4,6%, alcançando 13 milhões de unidades. Os fabricantes estão operando a toda capacidade, ou próximo dela, com a obtenção de grandes lucros. A própria Renault, a grande empresa estatal francesa, que há cinco anos atrás se encontrava em sérios apuros financeiros, anunciou um lucro de 1,4 bilhão de dólares em 1988.

A grande preocupação no setor automobilístico é a acesa competição que está se delineando no setor. À medida que o mercado automobilístico vai tomando dimensões globais, cada companhia trata de reforçar sua produção, quantitativa e qualitativamente, com vistas a assegurar sua posição no mercado. Há também a concorrência de fabricantes não europeus, notadamente japoneses. Se bem que a indústria automobilística desde anos se tenha internacionalizado — através de negociações que ultrapassam

fronteiras e oceanos —, a verdade é que as mudanças das regulações, que terão lugar após 1992, vão dar novas dimensões às rivalidades dentro do setor automobilístico. Acresce ainda a previsão de que as vendas deverão cair em 5% este ano e talvez até 10% no próximo, em virtude do aumento da taxa de juros e do estado de estagnação fora.

Mesmo que as vendas continuem altas, há também o problema da super-produção. Na guerra pelos mercados mundiais, a norma consiste em crescer para não ter de ir embora, de sorte que é preciso gerar maior fluxo de dinheiro. Isso significa que os fabricantes europeus precisam dominar seus mercados domésticos, a exemplo da General Motors e da Ford, que juntos compartilham uma fatia de 48% nos Estados Unidos, e a Toyota, com seus 45% no Japão. Explica-se, assim, por que os fabricantes europeus constroem apressadamente novas fábricas e novas linhas de montagem. A observação é especialmente verdadeira quando se têm em conta as modificações que terão lugar dentro da Nova Europa em 1992, quando a redução das barreiras comerciais internas e, em parte, externas tornarão possível a entrada de um maior número de carros japoneses no mercado. Países que impõem, como a França e a Itália, drásticas restrições às importações do Japão, provavelmente terão de aceitar cotas maiores do que os limites atuais. Além do mais, os fabricantes japoneses poderão recorrer à construção de automóveis dentro da Comunidade Econômica, os quais não contarão como importações. Estima-se que a participação dos japoneses no mercado europeu aumentará de 11% para cerca de 25% nos próximos anos. Também a General Motors e a Ford, com suas subsidiárias bem instaladas na Europa, assim como a indústria de automóveis da Coreia do Sul, estão rapidamente emergindo como contendores na guerra dos automóveis na Europa. Finalmente, alguns analistas entendem que os países do leste europeu — notadamente a Polônia e a Hungria, com suas forças de trabalho baratas e relativamente hábeis — podem entrar na competição em meados dos anos 90.

Entretanto, os fabricantes de automóveis na Europa se defrontam com outro problema: o da força de trabalho organizada. Muitos deles, para garantir um continuado crescimento e uma boa situação financeira nos próximos anos, terão, provavelmente, de introduzir significativas modificações em suas forças de trabalho, eliminando empregos e adotando novos métodos de automação. Na Alemanha Ocidental, onde os salários são dos mais altos do mundo, a Volkswagen é obrigada a estabelecer preços de 7 a 40% mais altos do que os dos carros de fabricantes rivais comparáveis. Acontece, ademais, que a situação tende a se agravar, pois, enquanto os salários na Volkswagen aumentaram 22% desde 1978, a produtividade cresceu apenas 5% durante o mesmo período. Para enfrentar o problema, a Volkswagen eliminou 140.000 empregos. É óbvio que uma semelhante redução dos empregos e uma maior automação não serão indefinidamente toleradas pelas uniões sindicais sem resposta.

Em suma, a era dos blocos econômicos será também, ao que tudo indica, uma etapa de acirramento da competição no mercado mundial, provavelmente a níveis sem precedentes. O reflexo desse acirramento da competição no mercado mundial será, inevitavelmente, uma forte pressão do capital no sentido da imposição de políticas de austeridade com relação ao trabalho. Em outros termos, a era da emergência dos blocos econômicos será simultaneamente uma era de aguçamento dos conflitos de classe.

Bibliografia

- BURGER, W. et alii (1989). Japan's far horizons. **Newsweek**, 6 fev., p.18-22.
- GALUSKA, O. et alii (1989). Cold feet in Siberia. **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, 3092-422:18, 27 mar.
- (1989a). The deal of the decade may set done in Moscou. **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, 3088-418:14-5, 27 feb.
- HAWKINS, C. (1989). The North American shakeout arrives ahead of schedule. **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, 3095-425:16-7, 17 abr.
- HEWITT, B. et alii (1989). Cars wars. **Newsweek**, 24 abr., p. 36-41.
- KENNEDY, Paul (1989). **A emergência e a queda das grandes potências**. São Paulo, Campus.
- KISSINGER, H. (1989). Seeking a new balance in Asia. **Newsweek**, 22 may, p. 27.
- MEYER, M. (1989). Bonn's Ostpolitik for the 90's. **Newsweek**, 15 may, p. 14.
- NEWSWEEK (1989). /s.l., s.ed./, 6 feb. p. 18-22.
- OHLWEILER, Otto Alcides (1989). O advento da Nova Europa 1992. **Teoria e Política**, (11):87-115.
- RIEMER, B. et alii (1989). Japan builds a new power base. **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, 3091-421:18-23, 20 mar.
- YAND, D. J. & LEE, D. (1988). Asia's new fire-breather. **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, 3066-396:18-21, 19 sept.